



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGÜÍSTICA
ISSN 2525-3441

REVISTA AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGÜÍSTICA

V. 8, N.22, P.229-252

DOI: 10.18764/2525-3441V8N22.2023.11

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19: COMO O JORNAL FOLHA DE S. PAULO NOTICIOU O “PASSAR DA BOIADA” DO GOVERNO BOLSONARO EM 2020

“PEN STYLES”, ENVIRONMENT AND COVID 19: HOW THE NEWSPAPER FOLHA DE S. PAULO REPORTED THE “PASSING OF THE CATTLE” OF THE BOLSONARO GOVERNMENT IN 2020

Barbara Argôlo Soares

<https://orcid.org/0009-0001-7867-0747>

Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini

<https://orcid.org/0000-0003-4237-6295>

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão sobre como a cobertura jornalística no ápice da pandemia do coronavírus foi supostamente utilizada como escudo para o cometimento de atos em desfavor do meio ambiente pelo Governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro. Busca-se compreender como o veículo de notícia escolhido para a pesquisa fez a cobertura desses fatos. Para tanto, será realizado um mapeamento das ações do governo no período de maio a agosto do ano de 2020, totalizando os quatro meses com altos índices de casos de Covid-19, durante a pandemia no Brasil, bem como os registros jornalísticos dessas ações neste período no jornal Folha de S. Paulo (versão impressa). Por meio da Análise de Conteúdo serão mapeadas as notícias por categorias, logo após será realizada a Análise Crítica da Narrativa das reportagens selecionadas para este recorte. Em seguida, discute-se o resultado frente aos dados da pesquisa bibliográfica sobre jornalismo ambiental no Brasil bem como sobre as ilegalidades cometidas pelo governo Bolsonaro. Assim, confrontam-se os dados levantados com os aportes teóricos, buscando evidências dos atos cometidos no contexto político nacional nas pautas ambientais no período.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental; Jair Bolsonaro; Mídia; Política Ambiental.

Abstract: This paper proposes a reflection on how journalistic coverage at the height of the coronavirus pandemic was supposedly used as a shield for the commission of acts in disfavor of the environment by the Government of then President Jair Messias Bolsonaro. We seek to understand how the news vehicle chosen for the research covered these facts. To this end, a mapping of government actions will be carried out from May to August 2020, totaling the four months with high rates of Covid-19 cases, during the pandemic in Brazil, as well as the journalistic records of these actions in this period in the newspaper Folha de S. Paulo (printed version). Through Content Analysis, the news will be mapped by categories, soon after the Critical Analysis of the Narrative of the selected reports will be carried out. Then, the result is discussed in view of the data from the bibliographical research on environmental journalism in Brazil, as well as on the illegalities committed by the Bolsonaro government. Thus, the collected data are confronted with the theoretical contributions, seeking evidence of the acts committed in the national political context in the environmental agendas in the period.

Keywords: Environmental journalism; Jair Bolsonaro; Media; Environmental Policy.

INTRODUÇÃO



É indispensável olhar para a mídia como um palco de disputa de poder simbólico. Através dela, “os líderes políticos se relacionam com os cidadãos comuns, ela se torna assim o meio principal por meio do qual os líderes políticos acumulam capital simbólico no campo político mais amplo” (THOMPSON, 1998, p. 139).

Outrora, é importante frisar que não se parte do princípio de que os meios de comunicação de massa valem-se das notícias para uma audiência indefesa e passiva de ser moldada. Mas sim, que não há uma objetividade absoluta em nenhum veículo e comunicação nacional. Existem diferentes concepções de mundo, tanto de espectadores, quando de produtores de notícia e, como elenca Silva (2020, p. 29) “não haveria o desejo de alguém prestar serviços a outro, se nessa perspectiva não houvesse algum resultado particular, que o condicionasse a uma satisfação,” com vistas às trocas simbólicas entre mídia e sociedade.

Isso implica dizer que, cada vez mais, se está cercado de relatos que passaram de uma pessoa para outra até chegarem ao leitor. Esses “mediadores-narradores” usam de diversos meios como papel, imagem, sons; físicos, eletrônicos; on-line e off-line.

Neste sentido, Thompson (1998, p.38) observa que se chegou a um ponto onde a “mundanidade é mediada: nossa compreensão de mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, de nosso lugar dentre eles, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas”.

Durante os meses de maior disseminação do coronavírus, a cobertura jornalística foi amplamente utilizada para disseminar informações e combater informações falsas. Alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil como CNN Brasil, Folha de S. Paulo, G1, Estadão, BBC e outros, noticiavam diariamente as atualizações sobre o vírus. Paralelo a pandemia, o país não parou. As ações governamentais seguiram o seu ritmo. O Ministério da Saúde foi comandado por dois ministros no período analisado nesta pesquisa, entretanto até o mês de dezembro de 2021 (final do mandato), quatro trocas já foram realizadas.

Portanto, elege-se como objeto empírico de análise os principais projetos de lei, decretos, despachos, ofícios,



portarias, instruções normativas, medidas provisórias e quaisquer indícios dos atos cometidas pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro em desfavor do meio ambiente, bem como matérias do Jornais Folha de S. Paulo, versão impressa, durante o período de maio a agosto de 2020. O período de escolha é justificado pela

postura do governo federal em relação ao meio ambiente, que, desde a campanha, promete flexibilizar mecanismos de fiscalização e proteção, visando o crescimento econômico a partir da exploração de recursos naturais, bem como pelo alto índice de casos de Covid-19 no Brasil, com base nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Dito isso, este paper visa analisar de que forma a cobertura da jornalística sobre o período de ápice da pandemia do coronavírus foi hipoteticamente utilizada, como escudo para o cometimento de atos em desfavor do meio ambiente pelo Governo de Jair Bolsonaro bem como identificar como o jornal Folha de S. Paulo abordou tais assuntos em paralelo a cobertura da Covid-19.

231

BREVE CONTEXTO DA PANDEMIA, GOVERNO BOLSONARO E O MEIO AMBIENTE

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública, a qual trata-se de um nível alto de alerta. O motivo? A disseminação do coronavírus. Nos meses que se seguiram, a pandemia avançava enquanto a vida tentava seguir seu fluxo e o meio ambiente era severamente punido de forma silenciosa.

Algumas medidas tiveram que ser tomadas por governos do mundo todo, no Brasil, as Leis 13.979 de fevereiro de 2020 e 14.019 de julho de 2020 tornaram obrigatório o uso de máscaras cobrindo nariz e boca, além do fechamento de escolas, universidades, estabelecendo medidas para a tentativa de contenção do vírus da Covid-19.

Desde o início do governo de Jair Messias Bolsonaro, o meio ambiente não vinha sendo respeitado e, com a chegada da pandemia, as crises andaram lado a lado e a ameaça as causas ambientais cresceram consideravelmente.



Jair Bolsonaro assumiu o governo brasileiro em janeiro de 2019, e por vezes, agiu com negligência em relação a pasta ambiental. Já no período inicial do mandato, o governo enfrentou diversas tragédias ambientais, entre elas, o rompimento da barragem em Brumadinho, os incêndios florestais na Amazônia e os óleos que foram derramados no litoral nordestino. Importante salientar, que, no início de seu governo, o presidente cogitou não haver um Ministério do Meio Ambiente e, apesar de ter mantido a pasta, esta foi enfraquecida uma vez que, pontos importantes como a Agência Nacional das Águas e o Serviço Florestal Brasileiro, foram integrados para outros ministérios, como o Ministério da Agricultura (TRIGUEIRO, 2019).

O atual ministro do Meio Ambiente (durante o período de análise), Ricardo Salles, defendeu o aproveitamento da crise do coronavírus para "passar a boiada" (FOLHA, 2020). Em reunião no Palácio do Planalto, o ministro defendeu aproveitar a crise sanitária para aprovar reformas infralegais incluindo alterações ambientais. Salles declarou que "é hora da edição de medidas de desregulamentação e simplificação, uma vez que os veículos de imprensa estão, neste momento, concentrados no combate à pandemia de Covid-19" (FOLHA, 2020).

Além disso, o governo reduziu multas por crimes ambientais; liberou o avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre os biomas pantaneiros e amazônicos; liberou agrotóxicos proibidos em alguns países; privatizou a Eletrobrás, o que faz com que a energia elétrica do Brasil fique em mãos estrangeiras; nomeou policiais, ao invés de profissionais ambientais, para compor o Ministério do Meio Ambiente; "a regulamentação da exploração de minerais, recursos hídricos para construção de hidrelétricas, e de petróleo e gás em Terras Indígenas" (SILVA, 2020); entre outras políticas.

Em pesquisa prévia realizada por meio da Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente, durante o período de fevereiro a agosto de 2020, foram observados 56 (cinquenta e seis) pontos em que o governo por meio de ações violou diretrizes ambientais. Pode-se citar, o envio à Câmara

dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que libera a mineração e outras atividades de alto impacto ambiental em



terras indígenas; a publicação do Decreto 10239/2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia. O texto retira o Conselho do Ministério do Meio Ambiente e o transfere para a vice-presidência da república, além disso, a nova composição tem forte presença de militares e deixa de fora governadores, Ibama, ICMBio, Funai e a sociedade civil; o Ministro Ricardo Salles exonera o Coordenador-geral para o monitoramento do uso da biodiversidade e comércio exterior do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), André Sócrates de Almeida Teixeira; em abril de 2020, o governo instala o Conselho da Amazônia com 19 militares, 4 delegados da Polícia Federal e sem nenhum representante do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Como justificativa para o aumento da destruição do meio ambiente, o governo utilizou como argumento fatores econômicos e melhoramento da economia, afrouxando medidas necessárias para a preservação ambiental. Ocorre que, mesmo antes de ser eleito Jair Bolsonaro já demonstrava desprezo pelas questões ambientais, reforçando sua pretensão de favorecer o avanço do capital e do garimpo por exemplo em territórios indígenas, desmatamento, benefícios ao agronegócio, entre outros.

233

JORNALISMO AMBIENTAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

As pautas ambientais começaram a ganhar força na mídia durante a década de 70 com a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Estocolmo. Após esta Conferência, as questões ambientais tiveram maior frequência na imprensa internacional. Em 1980, foi descoberto um buraco na camada de ozônio com as hipóteses sobre a influência das ações humanas sobre o aquecimento global, aquecendo ainda mais as pautas na temática ambiental. O meio ambiente foi tema na imprensa dos países em desenvolvimento, e evoluiu principalmente após a Conferência Rio 924. Com isso, a imprensa brasileira adotou a temática, voltando-se, principalmente, para os problemas ambientais da Amazônia



O meio ambiente é tema da mídia geralmente quando se fala em tragédias ambientais. André Alves (2002) elenca que o meio ambiente "é notícia quando pede socorro", quando acontecem fenômenos catastróficos como o derramamento de óleo no mar, focos de calor com diversos municípios em estado de alerta, ou a venda ilegal de madeira por indígenas da Amazônia, dentro de suas próprias terras. "O alarde é feito em cima do problema, que é casada com imagens chocantes: um pássaro tomado de óleo, uma castanheira pegando fogo, uma aldeia tomada por toras." (ALVES, 2002, p. 01).

De acordo com Eloisa Loose (2020, p.68)

Quando falamos em cobertura de temas ambientais, nos referimos, de modo geral, à fabricação de notícias, conforme normas e regras organizacionais e da própria cultura jornalística, a partir de acontecimentos caracterizados como ambientais. Há três tipos principais de acontecimentos ambientais: datas e eventos importantes (como o Dia da Terra e a Rio-92), catástrofes (acidentes nucleares, contaminações, eventos extremos, etc.); e acontecimentos jurídicos/administrativos (julgamentos, audiências públicas, votação de leis, etc.)⁸⁸. Acrescenta-se ainda a divulgação de relatórios e pesquisas científicas, que complementa os principais desencadeadores de notícias nessa área.

234

Embora possa-se entender que o jornalismo ambiental tenha surgido de uma ramificação do jornalismo científico, seu desenvolvimento vai muito além disso. O jornalismo ambiental se constitui não enquanto editoria ou especialização, mas sim com a perspectiva que orienta a reflexão e a prática profissional no campo jornalístico.

Sendo assim, de acordo com Bueno (2007), entendemos que o jornalismo ambiental se destina a múltiplos públicos, tendo em vista o caráter transversal, multidisciplinar e sistêmico das pautas ambientais. Da mesma forma, tais pautas possibilitam ampla variedade de fontes consultadas, uma vez que o jornalismo ambiental se posiciona em favor da qualidade de vida, através do compromisso de apresentar os problemas ambientais, suas causas, consequências e soluções possíveis, conforme destaca Belmonte (2017).

Loose (2020, p. 69) reforça que

O conceito de jornalismo ambiental extrapola a ideia de especialização ou de cobertura de um único tema, pois é uma concepção ampla, crítica e plural, orientada por responsabilidades éticas a favor da cidadania planetária. Ao incorporar elementos da epistemologia



ambiental, tais como a complexidade, a interdisciplinaridade e a perspectiva sistêmica, passa-se a defender um jornalismo que faça uma contextualização mais profunda, insira uma pluralidade de vozes e uma cobertura sistemática.

Por ser especializado o jornalismo ambiental, apesar de ganhar destaque cada vez mais, é colocado à baila em detrimento de “pautas mais importantes” no agendamento midiático. E foi aproveitando esse lapso, esse encaixe de agenda que o atual Governo praticou atos em desfavor do meio ambiente.

Eloisa (2020) pondera sobre a escassez das pautas ambientais nas redações e aponta alguns motivos relevantes para isso como o tempo, ou a falta dele e a ausência de profissionais especializados na área.

Nos jornais diários é possível encontrar algumas tentativas de incorporação desses pressupostos quando os jornalistas dominam, ao menos em parte, o conteúdo da matéria. Em razão da pressão do tempo, do enxugamento das redações e da cada vez mais frequente ausência de profissionais experientes e especializados em grande parte dos jornais, especialmente nos que não têm circulação nacional, as notícias que poderiam ser abordadas de forma mais completa e sistêmica acabam se limitando a tratar de um aspecto do meio ambiente, da mesma forma como cobririam um aspecto político, esportivo ou policial. Restrições de diferentes ordens fazem com que não seja possível construir as notícias em conformidade com os critérios dos estudos do jornalismo ambiental.

Loose e Camana (2015, p.126) destacam que o jornalismo ambiental: “[...] objetiva atentar para as razões e efeitos deste, empoderando os públicos para ações mais efetivas junto aos causadores dos riscos e, em outros casos, possibilitando que o exercício da cidadania ocorra e que mudanças de atitude se disseminem”. Sendo assim, jornalistas tem como propósito serem responsáveis por uma conscientização da população sobre os problemas ambientais e com isso, fazer com que se busque soluções, evitando prejuízos sejam eles a longo prazo, ou, curto.

A complexidade do jornalismo ambiental ainda se dá devido a sua relação que passa por vários tópicos do ecossistema, as quais muitas vezes podem não ser entendidas pela população. Para Girardi, Schwaab, Massierer e Loose (2012, p 138): “[...] Este pensamento sinaliza o rumo que adotamos ao refletir sobre uma proposta de jornalismo ambiental, mais adiante também em filiação à perspectiva da complexividade”. Portanto, o jornalismo ambiental pode ser vista como uma área onde pode ocorrer a colaboração com outros profissionais do



meio, ora por se tratar de um tema complexo, mas também pela necessidade de trazer soluções. Segundo os autores (2012, p.139): “[...] Nos estudos da área é recorrente considerar que a divulgação das notícias ambientais possibilita novas perspectivas sobre os impactos sentidos no dia a dia e serve como busca para motivação para a busca de alternativas [...]”.

Ofuscadas pela grave crise sanitária, política e econômica que envolveu o país, uma série de escândalos do Governo nas áreas ambiental ocorreram nos meses do recorte deste trabalho. O Planalto conseguiu colocar em movimento políticas que são claros acenos para suas principais bases eleitorais: ruralistas, madeireiras, mineradoras e desmatadores.

Um estudo publicado pela revista *Biological Conservation* em 2021 mostrou que 49% das alterações nas legislações ambientais no Brasil ocorreram durante os sete primeiros meses da pandemia de Covid-19, reafirmando o projeto do governo Bolsonaro de “passar a boiada”, flexibilizando a legislação ambiental e normas referentes às terras indígenas enquanto a mídia era agendada principalmente por fatos relacionados ao coronavírus.

O estudo concluiu ainda que durante a pandemia, as multas aplicadas por órgãos fiscalizadores como o Ibama, foram reduzidas em 72% (Portela et al. 2021), demonstrando o avanço do então governos na degradação ambiental, concomitantemente a disseminação da Covid.

236

MÉTODOS DE ANÁLISES

Entende-se, para esta análise, que a formação do campo comunicacional não pode ser compreendida sem se fazer referência a Análise de Conteúdo.

Desde sua presença nos primeiros trabalhos da *communication research* às recentes pesquisas sobre novas tecnologias, passando pelos estudos culturais e de recepção, esse método tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos desafios emergentes da comunicação e de outros campos do conhecimento. Em determinados momentos, quando se pensava que havia se esgotado toda a sua capacidade de proporcionar análises consistentes e pertinentes, eis que ressurgiu a análise de conteúdo com novas técnicas e novos objetos a serem investigados (DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio, 2017).



Análise de Conteúdo desta pesquisa será baseada no trabalho de Bardin (2016). Em sua concepção original, a autora estruturou o método de análise de conteúdo em cinco etapas: 1- Organização da análise; 2- A codificação; 3- A categorização; 4- A inferência; e 5- O tratamento informático.

De acordo com Bardin (2016) a análise de conteúdo organiza-se ainda em três fases cronológicas: (1) Pré-análise: consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise; (2) Exploração do material refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas; (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Para Duarte e Barros (2017), de todas as fases da análise de conteúdo, a pré-análise

é considerada uma das mais importantes, por se configurar na própria organização da análise, que serve de alicerce para as fases seguintes. Envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Sendo a pré-análise a primeira etapa da organização da análise é por meio dela que o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil a pesquisa. Nesta fase, o analista deve sistematizar as ideias iniciais em cinco etapas. (BARDIN, 2016).

Nesta primeira das etapas da pré-análise, o pesquisador deve fazer a leitura flutuante, que implica em conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. Para tanto foi selecionado um recorte no período pandêmico do ano de 2020 para que a pesquisa não se estendesse com resultados longínquos e inconclusos.

Feita a delimitação do período, em pesquisa prévia, ou leitura flutuante com prefere Bardin, foram entrados indícios de ilegalidades ambientais cometidas pelo atual Governo e até mesmo reuniões parlamentares antes privadas, que divulgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), tornaram-se base para o primeiro lampejo de interesse por esta pesquisa.



Após essa minuciosa separação e pré-análise de material, serão realizadas as próximas etapas com a exploração do material recortado, submetido ao estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos e em seguida se iniciará a fase final com a interpretação dos resultados feita na Análise de Conteúdo.

Concluída esta etapa metodológica, será utilizada a Análise Crítica da Narrativa para, de forma ainda mais profunda, analisar como os narrados escolheram personagens e estratégias de discurso para gerar sentido nas reportagens. Luiz Gonzaga Motta (2013) descreve que narrar não é apenas contar despreziosamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasiva, sedutor e envolvente. Para ele, narrar é uma atitude, pois, quem narra, quer produzir certos efeitos de sentido através da narração. "As narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira" (MOTTA, 2013, p.131).

238

É necessário levar em conta, de acordo o autor, que:

há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal on-line); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores etc.); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma 'negociação' simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz (MOTTA, p.119, 2013).

Desta forma, buscando analisar a narrativa dos jornais Folha de S. Paulo serão desveladas as intencionalidades implícitas do narrador, as artimanhas e estratégias utilizadas por ele, mas para isso é necessário que alguns procedimentos sugeridos por Motta em seu livro "Análise Crítica da Narrativa" (2013).

Nesta metodologia Motta sugere que sejam feitos alguns caminhos durante as análises. Neste sentido, deve-se decidir pela determinação, por parte do pesquisador, a exatidão o início, meio e fim do objeto analisado.

Assim, encontrar os fios que alinham a trama na composição das estórias,

como o objetivo de identificar



Pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, a conexão entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação. (MOTTA, 2013, p.152-153).

Os componentes da comunicação narrativa devem ser compreendidos como artifícios, truques e artimanhas estratégicas, com o fim de gerar sentido. Neste movimento devemos identificar a introdução de pontos de virada no enredo, momentos de inflexão associados a montagem das sequências. Esse procedimento pode desvelar um truque ardiloso do narrador a fim de produzir efeitos pretendidos (MOTTA, 2013, p.168).

A COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO E SEUS ASPECTOS NO JORNALISMO AMBIENTAL

Partindo-se do pressuposto de que esta análise é uma prévia pesquisa para uma futura dissertação de mestrado, buscou-se alguns dos principais pontos do documento da Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente que, durante o período de fevereiro a agosto de 2020 encontrou aproximadamente 56 (cinquenta e seis) pontos em que o governo por meio de ações violou diretrizes ambientais. Desses pontos, foram selecionados por esta autora, cinco atos, dentre projetos de lei, decretos, atos considerados internos de órgãos fiscalizadores do meio ambiente para aprofundamento e análise neste primeiro momento.

Foi levado em consideração as questões de fechamento de edição do jornal Folha de S. Paulo. De acordo com Maria da Graça Bernardes e Silva (2002), o tempo limite de fechamento da edição do dia seguinte do jornal em análise em suas diversas editorias, é no período noturno das 19:30 até às 23 horas. No entanto, determinados cadernos – segmentados e variáveis de acordo com o dia da semana – podem ter seu fechamento-limite às 14:30 horas, por exemplo.

O horário-limite (prazo de entrega) da primeira página, no entanto, pode ultrapassar às 23 horas uma vez que "a capa é o rosto do jornal e mostra, sem disfarces, o entrelaçamento com o tempo, fator que denota a atualidade da notícia, ao mesmo tempo, o seu

caráter perecível." (SILVA, 2002). Sendo assim, apesar do dia dos fatos, foi considerado o dia posterior como objeto de recorte para esta análise, visto o elencado acima sobre o *deadline* do veículo de notícias analisado.



Inicialmente, verifica-se que, das cinco reportagens analisadas, três estão na editoria de meio ambiente do diário paulista, e outras três, na editoria de mercado, reforçando o viés econômico daquele ato acerca da questão ambiental.

Na primeira análise, fora realizada a pesquisa de notícias sobre o projeto de Lei 191/2020 enviado à Câmara dos Deputados, ao qual libera a mineração e outras atividades de alto impacto ambiental em terras indígenas. No mesmo dia do ocorrido, 06 de fevereiro de 2020, a Folha de S. Paulo noticiou o fato, entretanto no caderno de "mercado", ignorando totalmente as questões ambientais do ocorrido. Não houve durante a reportagem qualquer menção ao número do projeto de lei, chegando a destacar inclusive que este era uma proposta de "Lei Áurea" para os índios. Nas falas de técnicos do governo, do próprio ex-presidente Bolsonaro e de assessores dos ministérios, o diário paulista escolheu colocar nas falas dos personagens questões ligadas as vantagens do projeto como "o índio vai poder fazer em sua terra o que o fazendeiro faz na dele", e também "Vamos sofrer pressões dos ambientalistas? Ah, esse pessoal do meio ambiente, né?", falas estas na voz do ex-presidente.



Figura 1 – Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO

mercado

Projeto de Bolsonaro libera garimpo em terras indígenas

Ministro da Casa Civil afirma que proposta é 'Lei Áurea' para os índios

Talita Fernandes e Gustavo Tiribé

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quarta (6) que, se um dia puder, construirá ambientalistas na região amazônica para que eles parem de atrapalhar. A declaração foi feita após assinatura de um projeto de lei que autoriza mineração e geração de energia elétrica em terras indígenas.

De acordo com técnicos do governo, o projeto visa regulamentar a exploração mineral e energética, como de petróleo e de gás.

Para a atividade de garimpo, as comunidades indígenas terão poder de veto. Para a exploração energética, como a construção de hidrelétricas ou termelétricas, elas serão só consultadas previamente.

"Vamos sofrer pressões dos ambientalistas? Ah, esse pessoal do meio ambiente, não se um dia eu puder, eu continuo na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio ambiente. E deixem de atrapalhar os amazônidas daqui de dentro das áreas urbanas."

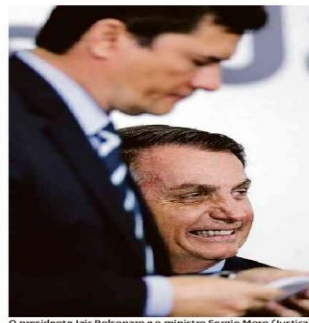
O projeto para autorizar garimpo é promessa antiga de Bolsonaro e a medida já está estudada desde 2019. A declaração foi feita, e o texto, apresentado, em cerimônia de comemoração de 400 dias de governo, no Planalto.

"Nunca é tarde para ser feliz, 30 anos depois. Espero que esse sonho seja realizado. Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, e pelo voto dos parlamentares se concretize, porque o índio é um ser humano exatamente igual a nós", afirmou Bolsonaro. "O indígena tem cultura, tem sentimento, tem afetos, tem necessidade e tem desejos e é tão brasileiro quanto nós."

Antes, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, celebrou e definiu a medida como nova "Lei Áurea".

"Hoje, presidente, com sua assinatura será a libertação dos povos indígenas e teremos a partir de agora a autonomia dos povos indígenas e sua liberdade de escolha. Será possível mineração, gerar energia, transmitir energia, exploração de petróleo, gás e cultivo das terras indígenas. Ou seja, será a Lei Áurea."

Onyx, fragilizado no governo após esvaziamento de sua pasta, adotou tom crítico aos jornalistas, a quem se referiu como "extrema imprensa" que não deseja o bem para o país. O chefe da Casa Civil se referiu aos profissionais de comunicação como militantes. A medida enfrenta resistência



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Sérgio Moro (Justiça), na cerimônia de 400 dias de governo

Adriano Machado/Reuters

“Vamos sofrer pressões dos ambientalistas? Ah, esse pessoal do meio ambiente, não? Se um dia eu puder, eu confino-os na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio ambiente. E deixem de atrapalhar os amazônidas daqui de dentro das áreas urbanas”

O governo já tinha recebido a informação de líderes partidários de que se trata de tema polêmico e que dificilmente o projeto terá apoio. Mas Bolsonaro aposta que a bancada ruralista poderá ajudar a arregimentar votos. Pesquisa Datafolha do fim de 2019 contratada pela organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) mostrou que 86% dos brasileiros discordam da permissão à entrada de empresas de exploração mineral nas terras indígenas.

Técnicos do governo dizem que o projeto ampliará as atividades econômicas nas terras indígenas e traz segurança jurídica. "As comunidades passam agora a explorar sua própria terra. E o Congresso pode discutir com a sociedade", disse Verônica Sanchez, subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

O projeto prevê, na exploração econômica por não indígenas, pagamento de royalties e indenizações por parte de usuário do empreendimento aos grupos que residem no território. "No que concerne ao garimpo, o não indígena em terra indígena, a

atividade terá de ter consentimento dos índios. Com respeito aos outros, eles vão ter de ser cautelosos. Obviamente, vai se buscar o consenso das comunidades", disse Roberto Klein, assessor especial do Ministério de Minas e Energia.

Segundo ele, dificilmente será feito projeto contra a vontade das comunidades. Ele ressaltou que, apesar de a Constituição não prever poder de veto aos índios, o governo achou importante estabelecer isso para o garimpo.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontes de Souza, diz que o projeto de lei deve reduzir os conflitos por terras. "Nós não temos problemas históricos. Com este projeto de lei, podemos trazer mais segurança jurídica não só para os índios mas para outros possesores com interesses naquelas áreas. São áreas conflitantes".

O presidente já tinha dito que deveria haver criação de bois em terras indígenas. "O preço do carne subiu. Nós temos de criar mais bois aqui, para diminuir o preço da carne, e eles podem criar boi", afirmou ele, em dezembro.

"O índio vai poder fazer em sua terra o que o fazendeiro faz na dele. Se quer pegar a sua terra e irterrar para o gado plantar soja ou milho, faça isso, respeitando a legislação", disse Bolsonaro.

Nesta quarta-feira, o presidente também assinou decreto criando programa para expandir o fornecimento de energia elétrica na região amazônica. A iniciativa foi no mês de "Mais Luz para a Amazônia", com duração até dezembro de 2022.

De acordo com o ministro Bento Albuquerque, a expectativa é de investimento de R\$ 2,4 bilhões, o que irá beneficiar mais de 200 mil pessoas que residem em áreas consideradas isoladas.

Bolsonaro também assinou acordo de salvaguarda na Base de Alcântara, no Maranhão, e um novo "esquema" que prevê mais de 300 decretos assinados entre 1999 e 2018.

Segundo a Secretaria-Geral, o presidente também assinou decretos considerados "implícitamente revogados ou com eficácia ou validade prejudicada, visando simplificar o arcabouço normativo brasileiro".

Esta é a quinta vez que o governo promove iniciativa do tipo essa, resultado em mais de 2.300 decretos revogados. Leia mais sobre política indígena de governo federal na pág. A8

Não há na reportagem nenhuma fala de especialistas em meio ambiente e nem mesmo menção a nenhum tipo de dano ambiental ou preocupação com as comunidades indígenas. As falas dos personagens escolhidos para dar voz ao fato reforçam uma legitimação do projeto de lei como parte do desenvolvimento destas áreas, motivo pelo qual o texto está na editoria de mercado. O jornal trabalha a pluralidade de vozes oficiais, ignorando completamente os afetados diretamente pelo fato descrito e pelos impactos ambientais que tal projeto causará, ou seja, ausência da pluralidade de vozes e também de qualquer outra característica do jornalismo ambiental.

No dia 23 de maio de 2020, a capa do jornal trazia fatos relacionados a quebra do sigilo de reunião ministerial ocorrida em 22 de abril do mesmo ano. Em destaque os ataques a polícia federal e o título "Salles afirma que pandemia é chance de 'passar a boiada'" com fala do personagem do ministro do Meio Ambiente reforçando a declaração em destaque no título. Desta vez, o fato dividiu página com as editorias de saúde,

tendo no meio da página do jornal, um espaço de destaque com letras miúdas em “ambiente”.



Figura 2 – Capa do Jornal Folha de São Paulo, 23 mai. 2020.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 100 ★ Nº 33.288

SÁBADO, 23 DE MAIO DE 2020

R\$ 5,00

Vídeo registra insultos, ameaças e a intervenção de Bolsonaro na PF

★ CELSO DE MELLO LEVANTA SIGILO DE REUNIÃO, QUE TEM 37 PALAVRÕES ★ PRESIDENTE DIZ TER APARATO PARTICULAR DE SEGURANÇA E PEDE POPULAÇÃO ARMADA ★ WEINTRAUB OFENDE STF

“ Não sabemos ainda (...) esse vírus, pra onde tá indo nosso barco. Pode tá indo em direção a um iceberg

O que esses caras fizeram com o vírus, esse bosta desse governador de São Paulo [Doria], esse estrume do Rio de Janeiro [Witzel]

Jair Bolsonaro presidente da República

Por mim colocava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF

Abraham Weintraub ministro da Educação

Nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos

Damara Alves ministra de Direitos Humanos



Ao lado de Braga Netto e do vice, Hamilton Mourão, Jair Bolsonaro fala durante reunião de 22 de abril. Reprodução Presidência da República

Salles afirma que pandemia é chance de ‘passar a boiada’

Ricardo Salles (Meio Ambiente) defendeu na reunião ministerial de 22 de abril que o governo aproveite a crise da Covid-19 para aprovar reformas infralégais, como alterações ambientais.

“Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa [...] e ir passando a boiada”, disse o ministro. Ambiente 86

Após pedido de Celso, Heleno fala em efeitos imprevisíveis

O general Augusto Heleno (GS1) disse que uma eventual apreensão do celular de Bolsonaro poderá ter “consequências imprevisíveis”. O presidente afirmou, depois, que jamais o entregaria.

Heleno criticava ato de Celso de Mello, que enviou à PGR pedidos de partidos e parlamentares para que o telefone fosse confiscado e periciado. Trata-se, contudo, de uma praxe. Poder A12

A reunião que precipitou a saída de Sérgio Moro do governo Bolsonaro teve ao menos 37 palavrões, 29 ditos pelo presidente, insultos a governadores, ameaças a políticos, ofensas ao Supremo Tribunal Federal e a confirmação de que Jair Bolsonaro desejava interferir na Polícia Federal.

A gravação do encontro, de 22 de abril, foi liberada ontem pelo ministro Celso de Mello, condutor do inquérito no STF que apura a acusação do ex-ministro da Justiça contra o chefe.

No vídeo, Bolsonaro demonstra grande preocupação em ser destituído, revela contar com sistema “particular” de informação, alheio aos órgãos oficiais, reforça os indicativos de ingerência na polícia e utiliza reiteradas vezes a palavra “bosta”.

Cobra de forma veemente lealdade de seu gabinete, citando diversas vezes o risco de impeachment, e ameaça rupturas institucionais quanto a eventuais atos do STF. Defende ainda que a população se arme para reagir a decisões de autoridades locais que considera ditatoriais.

O tom ofensivo é replicado por ministros. Abraham Weintraub (Educa-

242

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 2020. Acesso em: 23 mai. 2020.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluentes, UFMA/CCBa, v. 8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



Figura 3 – Reportagem Folha de São Paulo, 23 mai. 2020.

Salles defende que pandemia é chance de ‘passar a boiada’

Em reunião ministerial, chefe da pasta do Meio Ambiente disse que é o momento de aprovar reformas infralegais

— AMBIENTE
Gustavo Uribe

BRASÍLIA O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu em reunião ministerial no final de abril que o governo federal aproveite a crise sanitária do novo coronavírus para aprovar reformas infralegais, incluindo alterações ambientais.

As declarações do ministro foram registradas em vídeo do encontro gravado pelo Palácio do Planalto e cujo conteúdo foi disponibilizado nesta sexta-feira (23) pelo ministro do STF (Supremo Tribunal

Federal) Celso de Mello. Em seu discurso, Salles ressaltou que é hora da edição de medidas de desregulamentação e simplificação, uma vez que os veículos de imprensa estão, neste momento, concentrados no combate à pandemia de Covid-19.

“Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e se passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, disse.

O ministro disse que também é uma oportunidade para fazer mudanças no Ministério da Agricultura e no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Segundo ele, é hora de unir esforços para “dar de baciada”.

“O Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no Judiciário no dia seguinte”, afirmou.

No encontro, Salles ressaltou ainda que as mudanças pretendidas não precisam ser editadas em formato de projeto de lei, evitando, assim, que passem pelo Poder Legislativo. “Não precisamos de Congresso, porque coisa que

precisa de Congresso também, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora, tem um monte de coisa que é só parecer e caneta”, afirmou.

O ministro ressaltou que é necessário deixar a AGU (Advocacia-Geral da União) de “stand by” caso as mudanças legais sejam contestadas judicialmente.

“Nós temos que estar com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avançar. Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório, para simplificar”, afirmou.

Após a divulgação do vídeo, Salles se pronunciou em rede social: “Sempre defendi desburocratizar e simplificar normas, em todas as áreas, com bom senso e tudo dentro da lei. O emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil”.

Luiza Lima, porta-voz de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil, disse que a fala “deixa claro o que a sociedade vem denunciando desde o primeiro dia de mandato deste governo, o projeto de desmantelamento das condições de proteção ambi-

ental do país, um ministro de Meio Ambiente usa até a morte das vítimas da pandemia para passar violentamente essa política de destruição”.

“A sociedade segue atenta, a Justiça Federal julgando seus atos, e os satélites que medem o aumento do desmatamento atestando o resultado de sua política. Bolsonaro ganhou as eleições, mas não ganhou um cheque em branco para acabar com a floresta e os povos indígenas, os ministros gostem ou não”, afirmou em nota.

Na reunião, o presidente Jair Bolsonaro fez críticas ao Iphan e afirmou que ele vem atrapalhando a conclusão de obras no país. Ele citou como exemplo lojas da Havan, do empresário governista Luciano Hang. De acordo com Bolsonaro, o órgão federal interrompe projetos de infraestrutura, por exemplo, por causa de “coco petrificado de índio”.

“O Iphan para qualquer obra do Brasil, como para a do Luciano Hang. Engratado tá lá um coco petrificado de índio, para a obra, pô! Para a obra. O que que tem que fazer? Alguém do Iphan que resolva o assunto, né?”, disse. **Leia mais em Poder, na pág. A4, Mundo, na pág. A17 e em Mercado, na pág. A21**

Fonte: Folha de São Paulo, 2020. Acesso em: 23 mai. 2020.

243

Verifica-se que as possíveis consequências ambientais dessas declarações foram ignoradas. Durante a matéria, o personagem do ministro do Ambiente ganha destaque, uma vez que a fala foi dele, surgindo a voz de Luiza Lima, representante do Greenpeace Brasil adiante com a declaração de que “o projeto de desmantelamento das condições de proteção ambiental do país” e que “um ministro de Meio Ambiente usa até a morte das vítimas da pandemia para passar violentamente essa política de destruição”. A matéria traz ainda a fala do ex-presidente Bolsonaro, com críticas a órgãos fiscalizadores de obras em áreas ambientais.

Apesar de estar na editoria de meio ambiente, o cunho ambiental da declaração foi minimamente utilizado na reportagem. É possível reconhecer que houve uma tentativa de dar visibilidade a um diálogo de saberes, mas falha por diversos motivos, entre eles, a falta de aprofundamento das questões amplamente ligadas ao tema ambiental.

Em 04 de junho de 2020, a capa do noticiário paulista trazia um pequeno texto com destaque ao nome do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, “Despacho sobre mata Atlântica está revogado”, e ainda “O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, revogou despacho que regularizava invasões até 2008 na Mata Atlântica. Ele reconhece dificuldade em reduzir desmatamento da Amazônia, mas diz crer que perspectiva é positiva para 2021”.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 100 • Nº 33.300

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2020

R\$ 5,00

STF busca sanar vícios de inquérito das fake news

Ministros do Supremo Tribunal Federal discutem delimitar o objeto do inquérito das fake news no julgamento que decidirá se a investigação sobre notícias falsas e ameaças a membros da corte está nos parâmetros legais. O ministro Alexandre de Moraes poderia anunciar impedimento em ações ligadas ao caso. **Podão A2**

Para Bolsonaro, antifascistas são terroristas

Iair Bolsonaro classificou como marginais e terroristas integrantes dos chamados grupos antifascistas que promovem protestos contra o seu governo. O presidente também defendeu reorganização para atuação policial nas manifestações. **Podão A4**

Contardo Calligaris Completa 100 anos fora do lugar

Vivemos um aniversário fora do lugar e de época, um paratempo barroco fora do lugar — e, claro, um liberalismo completamente fora do lugar. O que leva os governantes atuais a impertar ideias que não têm condição de entender? **Mercado B12**

Manifestos são alvo de desconfiada de direita

Asimulações da sociedade civil que pedem respeito à democracia e à Constituição rebatam a escassez de lideranças importantes da direita. Exemplos são ex-bolsonaristas como Jairo Pacheco (PSL-SP), o Movimento Brasil Livre e o Partido Novo. **Podão A4**

Indicado pelo centrão cai após um dia no cargo

Um dia após assumir a presidência do Banco do Nordeste por indicação do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, Alexandre Cabral foi destituído do cargo. Passaram a oposição a equipe econômica e a divulgação de investigação pelo TCU. **Mercado A15**

EDITORIAIS A2

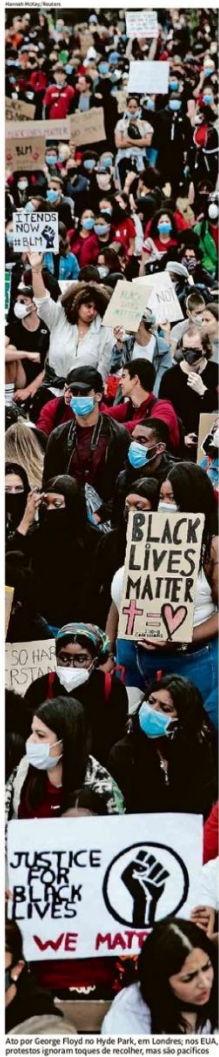
Eleições 4.0 Sobre dificuldades para o pleno municipal deste ano.

Pé no chão

Acerca de socorro a empresas aéreas em estuado.

AUDIÊNCIA/MES JUNHO 2020 R\$ 340.339.073 SETEMBRO 2020 R\$ 41.958.699

23380



Ato por George Floyd no Hyde Park, em Londres, nos EUA, protestos ignoram toques de recolher, mas são pacíficos

Retomada é lenta no comércio e não anima a indústria

Falta de confiança limita compras à metade do normal em estados que já abriram economia após o novo coronavírus

O desempenho das vendas nos primeiros estados a reabrir o comércio após o início da pandemia do novo coronavírus indica que a retomada da economia será lenta, com consumidores preocupados com o risco de contaminação e de perda de emprego. Em geral, os volumes estão abaixo da metade da média e limitados a produtos de primeira necessidade.

As indústrias mais afetadas, como a têxtil e a de eletroeletrônicos, ainda não viram novas encomendas. As vendas ainda estão bem aquém do normal", diz Marcelo Balocchi, da Fecomércio-GO. "Tem segmentos que atingiram 60% do que vendiam antes, mas a grande maioria não passa de 40%", afirma José Lino Sepúlcri, da Fecomércio-ES.

Para especialistas, a virada deve ocorrer apenas com a retomada dos negócios em Rio e São Paulo, os principais mercados do país. Nesta semana, as lojas começaram a reabrir no interior paulista. "São Paulo representa mais de 40% do mercado", declara Humberto Barba, da Abinee (Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônicos). **Mercado A12**

Indústria tem tobo histórico de 19% em abril

A produção industrial brasileira registrou, em abril, queda de 18,9% ante março — que já havia caído 9%. É a pior marca da série histórica, iniciada em 2004. Na comparação com abril de 2019, o recuo é de 27,2%. O mercado, porém, viu dois meses de melhora do que esperava. O dólar caiu 2,4%, a IS 5,0%, menor valor desde 26 de março. **Mercado A12**

Estado estima que casos de Covid-19 dobrem em junho

A gestão João Doria (PSDB) prevê que São Paulo dobre o número de casos confirmados de coronavírus neste mês. De acordo com o estado, o total pode sair de 18 mil casos para entre 30 e 35 mil. A doença aumentou 20 vezes de abril a maio. Só em maio, cresceu 12 vezes.

Em junho, o aumento seria de 1,7 a 2,4 vezes. O estado já atingiu 8.276 óbitos. A decisão de reabertura tem sido criticada por especialistas, mas o governo sustenta que há melhora em três critérios: ocupação de leitos de UTI, número de vagas por 100 mil habitantes e internações. **Saúde B1**

País registra outro recorde, com 1.349 mortes em 24 horas

Saúde B3

Nos EUA, acusação contra ex-policia

A promotoria de Minnesota ampliou a acusação contra o Derek Chauvin, que sufocou George Floyd, para homicídio de segundo grau (com intenção de matar). O secretário de Defesa se disse contra militares nas ruas, como pediu Donald Trump. **Mundo A9**

Brasil é escolhido para participar de testes de vacina

O Brasil foi um dos países escolhidos para testar a eficácia da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, uma das mais avançadas contra a Covid-19. Duas mil pessoas participaram dos testes, em São Paulo, a serem feitos pela Unifesp. **Saúde B4**

Jornal vê falha em artigos críticos a hidroxloroquina

Dados de empresa americana usados em artigos sobre o uso da hidroxloroquina foram colocados sob suspeita após investigação do The Guardian. A Organização Mundial da Saúde informou ontem que está retomando os estudos sobre a substância. **Saúde B5**

Lúcia Guimarães Zuckerberg e os autocratas

A crônica do declínio da democracia mundial no século 21 passa pelo quartel-general do Facebook. De Índia às Filipinas, dos EUA à Rússia dos hackers, nenhuma corporação operou de maneira tão eficaz com a eleição de autocratas. **Mundo A10**

Ilustrada B8 e B10

Dama indigna

Morreu, aos 81, Maria Alice Vergueiro, grande atriz do teatro underground dos anos 1970 e 80. Agora de trabalhos teatrais desbotados, virou também fenômeno da internet, com o vídeo "Tapa na Pantera".

ENTREVISTA Ricardo Salles

Despacho sobre mata atlântica está revogado

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, revogou despacho que regulamenta a instalação de APPs na Mata Atlântica. Ele reconhece dificuldade em regular o desmatamento da Amazônia, mas diz que perspectivas são positivas para 2021. **Ambiente B6**

Cláudia B7

Estudo encontra mais antigo monumento maiá, de 3.000 anos

Turismo B13 Com máscaras, Gramado volta a receber visitantes

Funcionários de hotel em Gramado (RS) **Mundo Regional, Polímeros**

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 2020. Acesso em: 04 jun. 2020.

Assim como nesta pequena chamada de capa, a matéria dedicada ao caderno de meio ambiente com foto da mata Atlântica aparenta na primeira leitura, uma narrativa positiva ao ministro, com a revogação deste despacho. Ocorre, que a medida foi assinada pelo próprio ministro e reconhecia como áreas de ocupação consolidada as áreas de preservação permanentes (APPs). Ao reconhecer essas áreas como consolidadas, o texto abria brechas para que os proprietários que foram multados pelo desmatamento dessas áreas fossem anistiados.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



Figura 5 – Reportagem Folha de S. Paulo, 04 jun. 2020.



245

Fonte: Folha de São Paulo, 2020. Acesso em: 04 jun. 2020.

A reportagem segue como uma entrevista com perguntas e respostas em seguidas. Apenas o personagem do ex-ministro do meio ambiente, com inclusive, questionamentos acerca de assuntos que não tinham ligação com a pauta ambiental, como a pergunta sobre uma licitação para aquisição de carro blindado no valor de 1 milhão de reais. Não houve a preocupação com os impactos que o despacho causaria em relação ao meio ambiente, mas apenas a questões jurídicas e administrativas.

Num domingo, dia 12 de julho de 2020, o documento que serviu de base para esta pesquisa destacou uma reportagem do jornal Folha de S. Paulo versão *online* que versava sobre as sanções impostas pelo Ibama terem caído 60% em um ano, e que isso representava um apagão ambiental. Ocorre que, em pesquisa na versão impressa do diário paulista, não há qualquer menção a esta matéria em questão, entretanto, quase três páginas e uma matéria de capa são dedicadas ao prejuízo de empresas com o antiambientalismo do governo Bolsonaro.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



Figura 6 – Reportagem Folha de S. Paulo, 12 jul. 2020.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020. Acesso em: 12 jul. 2020.

246

Destaca-se aqui um empenho da Folha de S. Paulo em demonstrar por meio de falas de diversos empresários nacionais e internacionais como as ações em desfavor do meio ambiente estão contribuindo ativamente para uma perda de investimentos e exportações do Brasil. Duas entrevistas são dedicadas a executivos de grandes empresas do ramo de cosmético e combustíveis.

Em nenhum momento durante as entrevistas é levantada a questão ambiental de maneira sistêmica, mas apenas ligada a questões econômicas e políticas. Existe uma única fala de personagem ligado a questões de impacto ambiental na voz de Marcio Astrini, presidente do observatório do clima, que ressalta a falta de medo de pessoas que cometem ilegalidades ambientais durante o governo Bolsonaro. "As pessoas interessadas nesse desmatamento estão frequentando o Palácio do Planalto. Ministros de Estado se reuniram com madeireiros ilegais, garimpeiros, grileiros. É o pessoal que corria da polícia, mas se acha injustiçado".

Merece um destaque neste recorte, um artifício do narrador para trazer a memória do leitor para a gravidade das ações

"CANETADAS", MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluentes, UFMA/CCBa, v.8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



ambientes durante o mandato do ex-presidente. Em uma coluna central, utilizando cor mais clara, o jornal paulista coloca em destaque em tópicos algumas ações governamentais que agiram em desfavor do meio ambiente, sem explicar de forma detalhada nenhuma delas, mas colocando em volume esses atos. Pode-se

verificar que não houve a intenção do narrador aqui em demonstrar os impactos dessas ações do governo, mas sim, apenas trazer em volume como isso impacta diretamente a economia brasileira, de uma maneira sensacionalista.

Figura 7 – Capa Folha de S. Paulo, 20 ago. 2020.

A16 DOMINGO, 13 DE JULHO DE 2020
mercado coronavirus
PAINEL S.A. Engorda
Um dos membros do grupo de sete empresários e presidente de grandes companhias que participaram da vice-presidência para levar a preservação ambiental do setor privado ao vice-presidente Hamilton Mourão, na sexta-feira (12), Marcos Molina, presidente do conselho de administração da Amazônia Real, disse que, se o governo adotar a meta do rastreamento total do gado no Brasil, vai ajudar não só as empresas exportadoras mas a si próprio, com aumento na arrecadação.

ARABE O principal pleito do empresário foi o rastreamento total do gado no Brasil, para monitorar se o fôlego do crescimento dele de ser preciso destacar desde o começo, com o plano de fazer, para verificar se foi em propriedade ilegais, eliminando a comercialização, inclusive para frigoríficos de pequeno porte.

CRACHÁ A Multilaser abriu um canal no Parlamento, que conectará a ser centralizada nesse mês para atender a solicitações das filiais em São Paulo e Estreita (MG), para se do projeto de investimento de R\$ 20 milhões em um quarteirão e ativo fixo, segundo o empresário. A maioria dos postos está na área industrial.

COM ZAR O movimento responde à alta demanda por fôlego, cabides, e outros produtos, que a empresa internacional compra com exclusividade para atender a demanda de produtos em outras categorias, como vestuário e acessórios.

MOLOPTE A Multilaser anunciou uma nova política de vendas da empresa, foi com o objetivo de aumentar a produtividade e a qualidade, segundo o empresário. A maioria dos postos está na área industrial.

PRISA A resiliência abre espaço não só para exportação, o consumidor também quer saber de onde vem o gado, se não vem da Amazônia Real.

MARCO Ao país virado, a tecnologia foi liberada a favor do usuário, compartilhar o software é o caminho para o sucesso.

AN Entre o de mais e o de menos, as grandes redes de farmácia aplicaram mais de 200 milhões para elevar a capacidade de atendimento ao consumidor.



com Mariana Grossi

Antiambientalismo de Bolsonaro já prejudica empresas brasileiras

Ações ambientais
Ações ambientais
Ações ambientais

Ações de fiscalização
Ações de fiscalização
Ações de fiscalização

Fundo Amazônia
Fundo Amazônia
Fundo Amazônia

Inpe
Inpe
Inpe

Serviço Florestal Brasileiro
Serviço Florestal Brasileiro
Serviço Florestal Brasileiro

Pesca e Desenvolvimento do Setor Indígenas
Pesca e Desenvolvimento do Setor Indígenas
Pesca e Desenvolvimento do Setor Indígenas

ICMbio
ICMbio
ICMbio

Queimadas na Amazônia são herança de governos anteriores, diz ministro Salles

com Mariana Grossi

FOLHA DE S. PAULO
Mariana Grossi, presidente do CENIBRA, Conselho Empresarial da Amazônia para o Brasil, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não tem conhecimento suficiente sobre o setor privado para fazer uma gestão adequada. Ela disse que toda hora se espanta com o que vê no Brasil, e que não pretende fazer uma gestão adequada, mas sim, apenas trazer em volume como isso impacta diretamente a economia brasileira, de uma maneira sensacionalista.

Empresários elevam pressão por demissão do ministro Salles

Gustavo Lúthi
Gustavo Lúthi
Gustavo Lúthi

Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil

Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil

Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil

Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil
Referência ambiental para o Brasil

Em 28 de agosto de 2020, o relatório da Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente relatou que o ministro Ricardo Salles paralisou todas as operações de fiscalização e combate a desmatamentos e incêndios. No dia seguinte, a Folha de S. Paulo noticiou o fato com foco na narrativa de viés político de disputa entre órgãos internos do governo.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8, n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



Figura 8 – Reportagem Folha de S. Paulo, 28 ago. 2020.

FOLHA DE S.PAULO
DESDE 1921 * * * UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

SABADO, 29 DE AGOSTO DE 2020

STJ afasta Witzel, acusado de corrupção, do Governo do RJ

Operação da PF atinge cúpula do governador e prende presidente do PSC, vice assume por 180 dias

Salles fala de suspensão de recursos e é desautorizado

Ribeiro fala de 100 milhões em recursos e ações de combate ao coronavírus

Witzel, que nega irregularidades, foi afastado de seu cargo por decisão do STJ. Também foram revocadas suas credenciais de acesso ao Palácio do Governador. O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), foi afastado de seu cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) após ser acusado de corrupção em conexão com a Operação Lava Jato. O STJ decidiu que Witzel não pode exercer suas funções até que seja julgado. O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), foi afastado de seu cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) após ser acusado de corrupção em conexão com a Operação Lava Jato. O STJ decidiu que Witzel não pode exercer suas funções até que seja julgado. O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), foi afastado de seu cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) após ser acusado de corrupção em conexão com a Operação Lava Jato. O STJ decidiu que Witzel não pode exercer suas funções até que seja julgado.

Operação da PF atinge cúpula do governador e prende presidente do PSC, vice assume por 180 dias

Outros que sofreram buscas e apreensões foram o governador Cláudio Castro (PSC) que esteve durante o impeditivo, Witzel e o governador do Rio de Janeiro em domínio público, Helio Witzel.

Policiais ainda prenderam o presidente nacional do PSC, Paulo Fernando, um dos responsáveis pela eleição de Witzel, e Lucas Tinelli, ex-vice de Witzel. Outros envolvidos foram o ex-vice de Witzel, Helio Witzel.

Preconizar se dizem não é crime, diz ministro de Celso de Castro, que assume o governo fluminense

Análise: Igor Gidrow

Salles quer o Cláudio Castro, que assume o governo fluminense

Desemprego afeta mais pretos que brancos, diz IBGE

Portaria faz médico avisar aborto por estupro à polícia

Ilustração: B7

Enxerto: B12

Enxerto: B13

Enxerto: B14

Enxerto: B15

Enxerto: B16

Enxerto: B17

Enxerto: B18

Enxerto: B19

Enxerto: B20

Enxerto: B21

Enxerto: B22

Enxerto: B23

Enxerto: B24

Enxerto: B25

Enxerto: B26

Enxerto: B27

Enxerto: B28

Enxerto: B29

Enxerto: B30

Enxerto: B31

Enxerto: B32

Enxerto: B33

Enxerto: B34

Enxerto: B35

Enxerto: B36

Enxerto: B37

Enxerto: B38

Enxerto: B39

Enxerto: B40

Enxerto: B41

Enxerto: B42

Enxerto: B43

Enxerto: B44

Enxerto: B45

Enxerto: B46

Enxerto: B47

Enxerto: B48

Enxerto: B49

Enxerto: B50

Enxerto: B51

Enxerto: B52

Enxerto: B53

Enxerto: B54

Enxerto: B55

Enxerto: B56

Enxerto: B57

Enxerto: B58

Enxerto: B59

Enxerto: B60

Enxerto: B61

Enxerto: B62

Enxerto: B63

Enxerto: B64

Enxerto: B65

Enxerto: B66

Enxerto: B67

Enxerto: B68

Enxerto: B69

Enxerto: B70

Enxerto: B71

Enxerto: B72

Enxerto: B73

Enxerto: B74

Enxerto: B75

Enxerto: B76

Enxerto: B77

Enxerto: B78

Enxerto: B79

Enxerto: B80

Enxerto: B81

Enxerto: B82

Enxerto: B83

Enxerto: B84

Enxerto: B85

Enxerto: B86

Enxerto: B87

Enxerto: B88

Enxerto: B89

Enxerto: B90

Enxerto: B91

Enxerto: B92

Enxerto: B93

Enxerto: B94

Enxerto: B95

Enxerto: B96

Enxerto: B97

Enxerto: B98

Enxerto: B99

Enxerto: B100

248

Fonte: Folha de S.Paulo, 2020. Acesso em: 28 ago. 2020.

Mesmo estando na editoria de meio ambiente, a reportagem não trabalha a pluralidade de vozes, focando no ministro e suas declarações, além de declarações do vice-presidente a época, Hamilton Mourão. O ex-vice-presidente justifica o corte de gastar para o pagamento do auxílio-emergencial - medida utilizada durante a pandemia que pagava a pessoas com determinado perfil socioeconômico uma ajuda de custo mensal, como se isso justificasse o desmonte da pasta ambiental.

No decorrer das falas na voz do ex-ministro Salles, é possível perceber que a narrativa se desenvolve para que o leitor pense que o corte desses recursos de fato inviabilizaria um trabalho que está sendo realizado. O ex-ministro diz “Esses recursos são gastos conforme as operações se desenrolam [...] Não podemos ficar nem um dia sem o recurso” como se de fato o meio ambiente estivesse sendo restaurado ou cuidado através desses recursos, o que não seria verdade uma vez que

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8,
n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



os dados do próprio Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no final do material contradiriam essa fala.

Figura 9 – Reportagem Folha de S. Paulo, 28 ago. 2020.

249

ambiente

Salles anuncia bloqueio de verbas de desmatamento e é desautorizado

Ministro afirma que R\$ 20,9 mi do Ibama e R\$ 39,8 mi do ICMBio só foram desbloqueados após repercussão negativa do congelamento

Danielle Brant, Isabella Macedo e Daniel Caralho

BRASÍLIA Nova crise foi deflagrada no governo em relação ao combate aos desmatamentos ilegais e queimadas no Brasil. Isso porque o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou na tarde desta sexta-feira (28) que a pasta sofreu um congelamento de quase R\$ 60 milhões de verbas, foi desautorizado à noite pelo vice-presidente Hamilton Mourão e negou depois ter se precipitado. Por fim, disse que as verbas só foram desbloqueadas após a repercussão negativa.

Em entrevista à Folha, Salles afirmou que foi pego de surpresa pelo congelamento de quase R\$ 60 milhões — R\$ 20,9 milhões no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de R\$ 39,8 milhões no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). “O bloqueio” está documentado no sistema, não tem discussão”, afirmou.

Segundo ele, na quinta (27) o Ministério do Meio Ambiente foi informado de que poderia haver o bloqueio de R\$ 20 milhões em recursos. “Então eu ontem [quinta] conversei com o Ministério da Economia, com o Esteves Collnago, que me respondeu que esses bloqueios são determinados pela Segov [Secretaria de Governo] e Casa Civil. E falei com o ministro Braga Netto [Casa Civil] e expliquei que isso era recurso da queimada e do combate ao desmatamento ilegal”.

“E hoje, para nossa surpresa, aparece um bloqueio de R\$ 60 milhões, R\$ 20 milhões do Ibama e quase R\$ 40 milhões do ICMBio”, disse o ministro.

O recurso, diz Salles, não podia ser bloqueado em hipótese alguma. “Até porque na segunda-feira (31) esses recursos vão sendo gastos semanalmente, conforme as operações se desenrolam. Não podemos ficar nem um dia sem o recurso”.

Para o ministro, a repercussão negativa em torno do bloqueio foi importante para que o dinheiro fosse liberado. “São recursos que estão em pleno andamento, no momento de crise para os dois assuntos”. “Essas coisas não podem acontecer”, afirmou.

O ministério também emitiu nota em que diz que “na

tarde de hoje houve o desbloqueio financeiro dos recursos do Ibama e ICMBio e que, portanto, as operações de combate ao desmatamento ilegal e às queimadas prosseguirão”.

À tarde, porém, o ministério anunciou o bloqueio de recursos, que começaria a valer a partir da manhã de segunda e atingiria todas as operações na Amazônia Legal, Pantanal e demais regiões do país. Seriam desmobilizados 1.346 brigadistas, 80 caminhonetes, 10 caminhões e 4 helicópteros. No combate ao desmatamento ilegal, a desmobilização atingiria 77 fiscais, 48 viaturas e 2 helicópteros.

Segunda a pasta, no ICMBio, seriam afastados 324 fiscais, além de 450 brigadistas e 10 aeronaves Air Tractor que atuam no combate às queimadas.

Diante do anúncio, em nota, a coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace, Mariana Mota, afirmou que o governo age para enfraquecer os órgãos que poderiam combater crimes ambientais. Ela também lembrou que há recursos disponíveis em diferentes fundos, mas que os valores estão atualmente bloqueados.

A noite, após repercussão negativa, Mourão disse que conversou com Salles e que espera que o ministro “reflita e chegue à conclusão que não foi a melhor linha de ação a que ele tomou e criou um caso que não era para ser criado”. Ele diz que Salles viu uma planilha de planejamento da SOE, mas que o recurso “está em aberto”.

“O governo está buscando recursos para pagar o auxílio emergencial. Está tirando recursos de todos os ministérios”, disse Mourão. “Não vão ser bloqueados os R\$ 60 milhões entre Ibama e ICMBio, que são exatamente para o combate ao desmatamento e à queimada. Segue o baile conforme planejado”.

Dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que de agosto de 2019 a julho de 2020 houve salto de 34% na destruição florestal em comparação com o mesmo período do ano anterior: 86 Pantanal, desde o início do ano até o dia 14 deste mês, viu o fogo destruir 1,55 mil hectares de acordo com o Ibama.

“O bloqueio” está documentado no sistema, não tem discussão. Ricardo Salles ministro do Meio Ambiente

“O governo está buscando recursos para pagar o auxílio emergencial. Está tirando recursos de todos os ministérios. Não vão ser bloqueados os R\$ 60 milhões entre Ibama e ICMBio, que são exatamente para o combate ao desmatamento e à queimada. Segue o baile conforme planejado”. Hamilton Mourão, vice-presidente

Fonte: Folha de São Paulo, 2020. Acesso em: 28 ago. 2020.

No último parágrafo, o narrador explica o motivo de alarme em relação ao corte de gastos, trazendo dados sobre o desmatamento do INPE com aumento da destruição ambiental e queimadas. Existe a presença de uma personagem do Greenpeace, entretanto com fala indireta e sem aprofundamento nas questões ambientais da pauta em si.

De fato, nesta reportagem houve uma preocupação mínima em trazer os dados de impactos ambientais (apenas um levantamento geral), mas de forma superficial e sem profundidade, não se tornando tão relevante quando o fato principal econômico e político narrado. Em nenhum momento o narrador tentou de

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19... Afluente, UFMA/CCBa, v.8, n.23, p. 229-252, jun. 2023 ISSN 2525-3441

alguma forma demonstrar os impactos reais que o corte de gastos teria para o meio ambiente, apesar da reportagem estar na editoria ambiental. Portanto, vemos aqui, mais uma vez a ausência da pluralidade de vozes e também de qualquer outra característica do jornalismo ambiental.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política ambiental do governo Bolsonaro tem sido alvo de críticas e controvérsias desde o início de seu mandato. O ex-presidente adotou uma postura de desvalorização da preservação ambiental, incentivando a exploração desenfreada dos recursos naturais e atacando instituições e organizações que atuam na defesa do meio ambiente.

Entre as medidas mais polêmicas do governo está a flexibilização das leis ambientais, que permite a exploração de áreas protegidas, a liberação de agrotóxicos e a diminuição da fiscalização. Além disso, Bolsonaro questionou a importância do aquecimento global e das mudanças climáticas, colocando em risco a preservação da biodiversidade e a saúde da população.

Concomitante a isso, a pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade da sociedade e a necessidade de uma liderança forte e responsável. Infelizmente, o governo Bolsonaro mostrou-se incapaz de lidar com a crise de forma adequada, colocando em risco a vida e a saúde da população. Além disso, a política ambiental do governo foi desastrosa, com a diminuição da fiscalização e o incentivo à exploração desenfreada dos recursos naturais.

Um dos principais problemas encontrados no veículo analisado está na falta de respeito as características do jornalismo ambiental, principalmente com a ausência de fontes que não sejam apenas de órgãos governamentais e administrativos e de dados específicos da pauta ambiental. Muitas vezes, as informações apresentadas são baseadas em opiniões em fontes oficiais, não se importando com as questões de cidadania e os reais impactos que o

fato causará a população e ao meio ambiente. Além disso, é comum verificar fotografias e linguagem sensacionalista e exagerada para chamar a atenção do público, principalmente



no que diz respeito a questões econômicas, sem qualquer discurso que relacione a pauta a questões que impactam diretamente o cotidiano da população.

Por fim, verificou-se que o jornalismo ambiental ainda é falho no veículo analisado uma vez que não é tratado com complexidade e aprofundamento, por vezes ignorando o caráter interdisciplinar desta especialidade. Verifica-se a falta de pluralidade de vozes nas narrativas do jornal, cuja prioridade são fontes oficiais e notas de esclarecimento, sem a participação da sociedade efetivamente atingida pelas consequências dos desastres ambientais. Muitas vezes, as pautas ambientais são tratadas de forma superficial, sem a devida contextualização e análise dos impactos ambientais envolvidos.

Além disso, é comum que a cobertura ambiental da Folha de São Paulo seja marcada por uma postura crítica em relação às políticas de preservação ambiental, com uma visão excessivamente favorável ao agronegócio e outras atividades econômicas que impactam negativamente o meio ambiente. É preciso, ainda, que o jornal dedique maior espaço e profundidade às pautas ambientais, para garantir uma cobertura jornalística mais abrangente e responsável sobre questões tão importantes para a sociedade.

Entretanto, a partir do documento base e do pequeno recorte realizado, constata-se que a pandemia pouco impactou na cobertura desses atos em desfavor do meio ambiente. O que de fato verifica-se é que o jornal segue um editorial forçado em questões econômicas e, no período pandêmico, nas consequências econômicas do vírus. Pouco se explora sobre de fato os impactos ambientais dos atos recortados, cabendo ao narrador expor na maioria das vezes, falas de ministros, presidente e vice-presidente.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. **Os desafios do Jornalismo ambiental**. Natureza no ar, 2002. Disponível em: <http://www.jornalistaambiental.jex.com.br/artigos/os+desafios+do+jornalismo+ambiental>. Acesso em: 01 out. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

“CANETADAS”, MEIO AMBIENTE E COVID 19... Afluente, UFMA/CCBa, v.8, n.23, p. 229-252, jun. 2023
ISSN 2525-3441



BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara. 2007.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/ministro-do-meio-ambiente-defende-aproveitar-crise-do-coronavirus-para-passar-a-boiada.shtml>. Acesso em: 04 mar. 2023.

GIRARDI, I. M. T. et. al. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. Comunicação & Sociedade, v.34, n.1, p.131-152, jul/dez, 2012.

LOOSE, E. B.; CAMANA, A. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatório Journal**, vol.9, n.2, p.119-132, fev, 2015.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e risco climático: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores**. Curitiba – PR. Ed. UFPR, 2020.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PORTELA, R.C.Q. et al. **The Covid-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil**. Biological Conservation, V. 255, mar. 2021.

SILVA, M. G. B. **O fator tempo no jornalismo impresso**. 2022. 132 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83058>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, R. A. As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro: A área ambiental é uma das mais castigadas no primeiro ano da gestão do ex-capitão. Carta Capital, Brasil debate, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meioambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

252

Recebido em 10 de abril de 2023.

Aprovado em 29 de maio de 2023.